

CENTRO UNIVERSITÁRIO ATENAS

ALANA DARC MAGALHÃES

**O PAPEL DA MULHER E A CONTRIBUIÇÃO DA
PSICOLOGIA EM SUAS CONQUISTAS NA SOCIEDADE**

Paracatu

2022

ALANA DARC MAGALHÃES

**O PAPEL DA MULHER E A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA EM SUAS
CONQUISTAS NA SOCIEDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia do Centro Universitário Atenas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel Psicologia.

Área de Concentração: Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Msc. Robson Ferreira dos Santos

Paracatu

2022

M189p Magalhães, Alana Darc.

O papel da mulher e a contribuição da psicologia em suas conquistas na sociedade. / Alana Darc Magalhães. –

Paracatu: [s.n.], 2022.

32 f.

Orientador: Prof^o. Msc. Robson Ferreira dos Santos.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) UniAtenas.

1. Papel da mulher. 2. Psicologia. 3. Emancipação feminina. I. Magalhães, Alana Darc. II. UniAtenas. III. Título.

CDU: 159.9

ALANA DARC MAGALHÃES

**O PAPEL DA MULHER E A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA EM SUAS
CONQUISTAS NA SOCIEDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia do Centro Universitário Atenas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel Psicologia.

Área de Concentração: Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Msc. Robson Ferreira dos Santos

Banca Examinadora:

Paracatu – MG, ____ de _____ de 2022.

Prof. Msc. Robson Ferreira Dos Santos.
Centro universitário Atenas

Prof^a. Msc. Analice Aparecida dos Santos
Centro universitário Atenas

Prof^a. Dra. Eleusa Spagnuolo Souza
Centro universitário Atenas

Dedico esse trabalho à minha mãe, que sempre me inspirou e acreditou em tudo que poderia realizar, para que eu pudesse ser essa mulher forte. E ao meu avô, que mesmo não presente fisicamente está sempre em meus pensamentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Joana Darc, que me amparou em todos os momentos e nas horas difíceis, deu-me colo, nunca deixou de acreditar no meu potencial. Mãe, obrigada por tudo, e por ser essa mulher incrível.

Ao meu irmão Aloan, que sempre torce pelo meu sucesso e acredita em mim.

Aos meus queridos que não estão mais presentes fisicamente, mas sempre no meu coração: meu tio Ailton e meu avô Benedito, que me apoiaram no início dessa caminhada. Sei que estão orgulhosos do que está sendo construído.

Agradeço à minha querida tia Lúcia. Tia, obrigada por tudo.

Ao meu orientador Robson, que aguentou esse processo ao meu lado; você foi essencial.

Ao meu grupo da Faculdade: sem vocês essa caminhada não teria sido tão leve e agradável.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente, meu muito obrigada.

E não poderia esquecer de agradecer ao meu companheiro Arlen, que sempre me apoia e incentiva. Seu amor deixou mais leve e agradável todo esse processo.

RESUMO

A presente pesquisa buscou enfatizar como a mulher pode ser valorizada na sociedade contemporânea, uma vez que é notável a participação ativa da mulher na sociedade, e que ela tem conquistado os seus direitos de forma evidente. Nessa perspectiva, o trabalho pode de forma geral: apresentar a importância da contribuição da Psicologia para a mulher, na luta pelos seus direitos ao longo dos anos. De forma mais específica, a pesquisa: apresentou o contexto histórico, as dores e as conquistas das mulheres; descreveu o papel da mulher e a importância da psicologia na sua inserção na sociedade e discutiu como a psicologia pode contribuir para a emancipação da mulher na sociedade de uma forma significativa, garantido a equidade, e como trabalhar isso desde da infância. Esse trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa, que permitiu toda essa análise e valorização da figura feminina dentro de um contexto histórico, observando seus avanços no âmbito pessoal e também profissional.

Palavras-chave: Papel da mulher. Psicologia. Emancipação feminina.

ABSTRACT

The present research sought to emphasize how women can be valued in contemporary society, since the active participation of women in society is remarkable, and that they have clearly conquered their rights. In this perspective, the work can, in general: present the importance of the contribution of Psychology, to women, in the fight for their rights, over the years. More specifically, the research: presented the historical context, the pains and the achievements of women; described the role of women and the importance of psychology in their insertion in society and discussed how psychology can contribute to the emancipation of women in society in a significant way, guaranteeing equity, and how to work with this from childhood. This work was developed through a bibliographical research, with a qualitative approach, which allowed all this analysis and appreciation of the female figure within a historical context, observing their advances in the personal and also professional scope.

Keywords: *Role of women. Psychology. Female emancipation.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	10
1.2 HIPÓTESE	10
1.3 OBJETIVOS.....	10
1.3.1 OBJETIVO GERAL.....	10
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	11
1.5 METODOLOGIA DE ESTUDO	11
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	12
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA MULHER NA SOCIEDADE	13
2.1 DA COLONIZAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO	14
3 A MULHER E SUAS CONQUISTAS	18
4 A PSICOLOGIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA EMANCIPAÇÃO DA MULHER	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade, alguns pensadores como Platão e Aristóteles já refletiam sobre o papel da mulher na sociedade. O filósofo Platão (2001) defendia a ideia isonômica tanto de homens quanto de mulheres no quesito trabalho, pois seu entendimento era de que as mulheres possuíam o mesmo pensamento racional que o homem e, dessa forma, elas seriam capazes de administrar uma Cidade-Estado tão bem quanto qualquer ser masculino. De tal forma, “Platão defendia a concreta participação das mulheres na vida da sociedade ideal” (ALVES-JESUS, 2015, p. 241).

Já seu discípulo, Aristóteles (1999), defendeu a ideia de que a mulher era um homem não completo, chegando a afirmar que “o pai de família governa sua mulher” (ARISTÓTELES, 1999, p. 27). Esta ideia perpetuou por grande parte da idade média e tinha a mulher como responsável apenas por procriação e afazeres domésticos (BORIN, 2007).

Por se confinar ao espaço fechado da casa e por exercer apenas neste a sua influência, a mulher vivia retirada da sociedade e naturalmente da política, ao mesmo tempo que a vida privada era muitas vezes negociada no sentido de garantir descendência. O homem grego atribuía à mulher o papel primordial da maternidade. O casamento tinha por principal motivo gerar filhos, de preferência pelo menos um varão, que garantisse o culto aos antepassados e a continuidade da cidadania grega (ALVES-JESUS, 2015, p. 240).

Apesar de o pensamento de Aristóteles possuir mais de vinte séculos, ainda hoje pode ser considerado atual. Todavia, nesse longo período de tempo houve mudanças em relação ao tema, com avanços e retrocessos em relação às conquistas das mulheres. No Brasil, desde o período colonial, muitas mulheres lutam pelo reconhecimento do trabalho desempenhado, de forma que possam ser vistas e valorizadas na sociedade (CORRÊA, 2019).

Apresentando uma cronologia de suas conquistas no Brasil, pode-se iniciar com o Brasil colônia, em que a mulher vivenciava situação totalmente patriarcal, pois deveria servir ao marido e ao pai, praticar uma religião – geralmente católica – além de ficar limitada aos afazeres domésticos; ou seja, ela não fazia parte das tomadas de decisão da sociedade (PIMENTEL, 1998). Segundo Pimentel (1998), após a constituição de 1824, no século XIX, iniciou-se algumas pequenas

conquistas, embora ainda muito embrionárias, como ter acesso à educação formal, ainda assim com foco nos cuidados familiares.

Após um século, na década de 1960, muitas mulheres já possuíam o pensamento de obter qualificação profissional para poder exercer melhores cargos e conseguir melhores empregos, apesar de ainda ficarem limitadas a trabalhos de menores expressões nos setores industriais (NASCIMENTO, 1996).

De acordo com Nascimento (1996), a partir de 1980 as mulheres já conseguiam se qualificar, com o surgimento das primeiras conquistas relacionadas à qualificação e conquistas de melhores empregos.

Já na década de 1990, a importância de qualificação ficou ainda mais evidente. Apesar de as mulheres ainda não obterem os mesmos valores salariais que os homens, segundo Bianchi e Pastore (1998), sua qualificação e grau de estudo eram muitas vezes superiores aos masculinos, o que aumentou a competitividade no mercado de trabalho.

Desse modo, percebe-se no decorrer da história que as conquistas obtidas pelas mulheres vieram pelo processo de luta, destacando seu compromisso com a família e também com a qualidade desempenhada em tantas atividades dentro e fora de casa. Além disso, destaca-se sua resiliência diante dos diversos percalços, e os talentos profissionais demonstrados nas mais diversas profissões (ALVES; ALVES, 2013).

Apesar de todas essas conquistas serem mais que merecidas, ainda no século XXI nota-se a falta de isonomia no tratamento com os trabalhos desenvolvidos pelo sexo feminino, pela ausência de equidade salarial em todas as profissões (COUTO, 2007). De qualquer forma, essa situação não desqualifica todas as vitórias e contribuições que a mulher proporciona à família, ao trabalho e ao país, de maneira que a sociedade deve reconhecer todo esforço demandado para que elas tenham os mesmos direitos que os homens em todas as situações e, principalmente, no âmbito profissional.

É neste contexto que a psicologia se posiciona na defesa dos direitos das mulheres. A desvalorização da mulher acompanha os primórdios da organização social humana. Sendo assim, as mudanças sociais ocorridas nos séculos XX e XXI propiciaram as lutas pela emancipação das mulheres e a psicologia atua para a transformação das mulheres em si e em sua relação com o mundo, abarcando o campo da significação, motivação, crenças, valores e atitudes, por meio de ações

coletivas que possibilitem reflexões existenciais e subjetivas, de forma a inseri-las em um contexto de dignidade humana (CONSELHO FERAL DE PSICOLOGIA, 2014).

A partir de todo o tema exposto, o trabalho pretende demonstrar a contribuição da psicologia atualmente, na luta pelos direitos da mulher, de forma a analisar como a mulher pode ser valorizada na sociedade contemporânea.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A importância deste trabalho encontra-se no foco da participação da mulher na sociedade, no mercado de trabalho e na conquista de seus direitos. Torna-se viável visto ser um tema muito abordado e estudado na psicologia, com enfoque na valorização da mulher como ser social e capaz de desenvolver-se como pessoa e como profissional, buscando responder ao problema: Como a mulher pode ser valorizada na sociedade contemporânea?

1.2 HIPÓTESE

Uma vez que na sociedade atual ainda é frequente as constantes formas de exclusão e de discriminações praticadas contra as mulheres, é necessário analisar e valorizar as conquistas da mulher dentro do contexto histórico; estudar os avanços adquiridos com a emancipação da mulher e conquistas da mulher no âmbito pessoal e profissional.

A hipótese do trabalho é a de que a psicologia tem papel fundamental no processo de emancipação feminina e de valorização da mulher na sociedade.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar a importância da contribuição da psicologia atualmente para a mulher, na luta pelos seus direitos.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Apresentar o contexto histórico, as lutas e as conquistas das mulheres;
- b) Descrever o papel da mulher e a importância da psicologia na sua inserção na sociedade;
- c) Discutir como a psicologia pode contribuir para a emancipação da mulher, na sociedade de uma forma significativa garantido a equidade, e como trabalhar isso desde da infância.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A vulnerabilidade da mulher é relatada desde as primeiras sociedades, com a divisão de tarefas atribuídas de acordo com o caráter biológico, onde a mulher passa por um processo de exploração de seu corpo e da sua sexualidade, tendo como objetivo simplesmente a reprodução (FARIAS; SORIANO, 2016).

A exploração feminina também persistiu com sua entrada no mercado de trabalho, com a luta por direitos igualitários, e com a difícil conciliação da jornada dupla: de trabalhadora e de dona de casa.

Embora o papel feminino tenha ganhado destaque e reconhecimento, muitas mulheres ainda se encontram fragilizadas em relações familiares e trabalhistas patriarcais, que podem envolver questões de violência doméstica, relacionadas muitas vezes aos vínculos afetivos e conjugais (FARIAS; SORIANO, 2016).

Considerando o exposto, justifica-se a busca de novos estudos e conhecimentos acerca do assunto para que se possa estar ciente do que realmente se pode fazer em prol das mulheres na sociedade. O interesse da pesquisa está em procurar saber a evolução das conquistas da mulher e como a mesma pode, com a ajuda da psicologia, galgar patamares cada vez mais elevados numa sociedade excludente.

1.5 METODOLOGIA DE ESTUDO

A pesquisa científica é de suma relevância para o desenvolvimento de estudos, de forma a colaborar com a investigação de determinados fenômenos, sejam eles, da natureza, sociais, educacionais ou outros.

A metodologia utilizada para este trabalho quanto aos objetivos e procedimentos caracteriza-se como pesquisa bibliográfica baseada em consulta a livros, revistas e *sites* especializados no assunto, bem como conteúdo de artigos relacionados ao tema, onde se pretende abordar a valorização da mulher como ser social e capaz de desenvolver-se como pessoa e como profissional, buscando responder a problemática da pesquisa que é: Como a mulher pode ser valorizada na sociedade contemporânea?

Assim, de acordo com Gil (2010) a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto. O trabalho tende a verificar o contexto histórico, o papel da mulher e de suas conquistas, e a contribuição da psicologia na emancipação da mulher.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está dividido em quatro partes. A parte inicial é a introdução que apresenta o tema da pesquisa, o problema, os objetivos, a hipótese, bem como as partes que compõe o norte da pesquisa.

Na segunda parte está o desenvolvimento. O primeiro capítulo apresentará informações referentes à trajetória da mulher na sociedade, da colonização ao mercado de trabalho. Essa parte aborda um contexto histórico da mulher e a sua representatividade até a sua inserção no mercado de trabalho.

O capítulo seguinte apresentará reflexões sobre a mulher e suas conquistas, enfatizando o dia internacional da mulher, entre outras conquistas que foram relevantes na história da emancipação feminina. Após isso, será abordada a psicologia e sua contribuição na emancipação da mulher.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais, que dão retomada aos objetivos feitos inicialmente para então enfatizar se a pesquisa conseguiu responder ao problema, confirmando ou não a hipótese, e informando se a pesquisa atingiu os objetivos pretendidos inicialmente.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA MULHER NA SOCIEDADE

A mulher dentro da história sempre foi submetida a uma estrutura conservadora, relacionada aos símbolos de pureza e castidade. Diante disso, seus comportamentos destinados ao público tinham que ser adequados. Na Antiguidade, segundo Marques e Amorim (2015) existia uma responsabilidade mútua para o sustento e bem comum dos membros da comunidade. Porém, à mulher era dada a função de cuidar dos afazeres domésticos.

Também era reconhecida pelo instinto materno e pela educação dos filhos, com responsabilidades também no cuidado com os animais, e afazeres como o bordado, por exemplo. Entretanto, à medida em que o tempo foi passando, a mulher tornou-se submissa ao homem, especificamente, ao seu marido. Dessa forma, as mulheres casadas viviam em função do esposo, e o seu poder estava em sua beleza e sua virtude (ALVES-JESUS, 2015).

Na Grécia antiga a mulher era considerada como uma parte integrante de seu pai ou de seu esposo, restringindo-se à submissão direta e aos afazeres domésticos. Segundo Coulanges (1996), a mulher na infância dependia do seu pai e, depois do casamento, a responsabilidade era passada para o marido. Em caso de morte deste, era responsabilidade de seus filhos, e caso não os tivesse, seria responsabilidade dos parentes mais próximos do seu marido.

Os espartanos, por sua vez, acreditavam que as mulheres possuíam aptidão física, já que elas davam origem a indivíduos aptos para compor o exército. Em Esparta, as mães eram chamadas de progenitoras, e sua única função além de gerar e dar a vida, era educar os filhos. De acordo com Bonini (2006), já as mulheres livres, da região da península, ou as mulheres pertencentes à aristocracia espartana, tinham o direito e o poder de influenciar nas decisões dos maridos.

Segundo Baines e Malik (2008), no Egito os trabalhos em ambientes externos eram de responsabilidade dos homens, porém, podiam ser exercidos por mulheres que tinham poder aquisitivo e podiam, sobretudo, ser reconhecidas por isso. Também é válido destacar que o título mais comum das mulheres era “senhora do lar”, pois elas não possuíam títulos relevantes e tiveram pouco poder político.

Em Roma a mulher era independente podia frequentar ambientes culturais e não tinha obrigações arraigadas ao lar, o que aumentava o número de mulheres solteiras. Para Bonini (2006), junto de seus maridos as mulheres se

divertiam em anfiteatros, inseridas no meio dos espectadores. A partir da queda do Império Romano, perante a igreja havia igualdade entre homens e mulheres. Contudo, a mulher continua a realizar tarefas domésticas, sendo mãe e esposa obediente.

Com o Cristianismo, diante das práticas consideradas desprezíveis pela igreja, o celibato era considerado uma virtude como espécie de perdão e, ao se conservar solteira, a mulher podia, além de evitar do serviço doméstico, tornar-se influente na sociedade (MARQUES; AMORIM, 2015).

Na Idade Média, segundo Bonini (2006), as mulheres continuavam submetidas à autoridade masculina, seja do pai ou do marido e, como destino, tinham o casamento, ou o envio ao convento, sendo este, como costumavam dizer, um casamento com Cristo. Portanto, tanto na educação dos filhos, quanto na ação religiosa dentro dos templos e igrejas, ela cumpria o seu papel.

No período que precede a Renascença e o capitalismo, surgiu um conceito de mulher ideal como sendo a moça que guardasse sua honra e nobreza para o casamento, tendo a castidade como virtude e, caso não fosse preservada, poderia levar a mulher à morte (SARTI, 2004). Essa regra e o seu valor social ressaltava o desprezo a um número grande de mulheres.

2.1 DA COLONIZAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO

Ao comentar o contexto da colonização brasileira, Borin (2007) destaca que o papel das mulheres estava sempre atrelado a funções específicas: as mulheres negras prestavam serviços domésticos, além de servir aos desejos sexuais dos senhores, já as mulheres brancas tinham por função a procriação, de forma a manter a linhagem da família.

Assim, no desenvolvimento das sociedades há registros de discriminação para com a mulher, como subordinada ao homem, sendo os homens reconhecidos como donos do saber, enquanto a mulher assumia o papel de procriar e cuidar do lar (CORRÊA, 2019). Ou seja, a história salienta as desigualdades existentes entre os sexos.

Gaspari (2003) destaca que era perceptível que a mulher se destinava basicamente à família, isto é, gerar filhos e cuidar dos afazeres domésticos. Sendo

assim, a mulher não tinha acesso a conhecimentos políticos, culturais, e sua participação na sociedade era bastante limitada.

Além disso, segundo Corrêa, quando somente o pai era o provedor e chefe da família, havia o afastamento físico e emocional da figura paterna, dificultando o envolvimento afetivo familiar. Por outro lado, na organização patriarcal, a mulher tinha o lugar ideológico de afeto, educação e formação dos filhos, sendo que “o prejuízo em relação a isso é a não participação da mulher na vida pública, além de outros limites impostos a ela socialmente” (CORRÊA, 2019, p. 36).

Para Silva e outros (2005), essa submissão da mulher também era influenciada pela interferência religiosa, que fortalecia o poder do patriarcado, através da influência no espaço familiar e da inibição da sexualidade feminina, baseando-se no pecado original. Todo esse trabalho acerca da religião propiciava um único entendimento, que o modelo de sexo dominante era o masculino.

Segundo Gaspari (2003), no século XVII era reforçada a imagem da mulher como um ser que não tinha vontade própria, restringindo-se ao fazer doméstico, limitada ao que era submetida, que não tinha acesso à informação ou à educação, e que eram vistas como serviçal para o homem.

Para Aranha (2000), com a chegada da Família Real no Brasil, em 1808, algumas escolas foram criadas para as meninas da elite e foram contratadas preceptoras de Portugal, da França e da Alemanha para educá-las em casa. Almejavam que as mulheres pudessem cuidar da casa e do marido e, para isso, era fundamental saber escrever receitas, por exemplo.

De acordo com Cunha (2000), as mudanças que surgiram ao decorrer dos tempos, resultando numa quebra deste papel imposto à mulher, geraram uma grande movimentação social e, assim, mulheres que assumiam novos comportamentos foram consideradas “loucas”, surgindo dentro da psiquiatria uma problemática acerca da função sexual feminina.

Desse modo, a mulher começou a participar nos contextos sociais. Na tentativa de mudar a imagem de loucura construída a partir do novo posicionamento social feminino, e também graças ao crescimento da produção capitalista, a mulher passou a ser inserida no mercado de trabalho.

Ainda segundo Cunha (2000), essa participação feminina no mercado de trabalho também ocasionava uma perspectiva de emancipação, uma vez que a mulher enquanto trabalhadora possuía renda. No entanto, essa inserção gerou um

processo exploratório ainda maior, visto que além de trabalhadoras assalariadas, continuavam com os encargos de esposa, mãe e donas de casa.

Conforme Nietzsche (1992), a história foi mudando, os valores e discursos foram se alterando e as mulheres buscavam seus direitos a igualdade e emancipação, principalmente a partir do século XX. As escolas femininas passaram a se preocupar que as mulheres desenvolvessem habilidades manuais, cuja finalidade era entrar nas classes populares do mercado de trabalho.

Gaspari (2003) ressalta que as Escolas Normais abriram a possibilidade de que as mulheres solteiras pudessem inserir no mercado de trabalho, além do magistério, ou seja, as mulheres passaram a ser essencial na esfera pública e foram alcançando pouco a pouco o espaço que lhes é de direito.

Foram ocupando lugar na sociedade industrializada também, já que as fábricas precisavam de mão-de-obra para exercer diferentes tipos de trabalho. Então, abriram espaço para mulheres nos meios profissionais. O autor acima citado destaca que, embora isso acontecesse, infelizmente situações de humilhação e revoltas aconteciam nas fábricas com frequência, já que os patrões “investiam” nas operárias que precisavam denunciar constantemente (GASPARI, 2003).

Diversas mulheres para complementar o orçamento doméstico foram assumindo várias profissões, trabalhando até 18 horas por dia. Normalmente ficavam com as tarefas que eram menos especializadas e mal remuneradas, sendo substituídas aos poucos pelos homens. Não havia legislação trabalhista. Diante de todo esse cenário, as operárias passaram a procurar a imprensa para registrar suas queixas: assédio sexual, péssimas condições de trabalho, controle disciplinar e falta de higiene (GASPARI, 2003).

Del Priore (2006) chama atenção para o fato de que as trabalhadoras pobres eram consideradas ignorantes e incapazes, sendo consideradas menos racionais que os homens, e com isso as profissões femininas eram estigmatizadas. Contudo, com a industrialização, chegou o momento de exercer atividades que outrora eram domésticas e precisavam das mãos femininas para o trabalho.

A fabricação de tecidos e alimentos revigorou a ideologia da mulher como apenas “mãe”, passando para a visão de uma missão a ser cumprida, que cabia somente a elas pelo conhecimento de vida que tinham. Diante disso, as visões entre homens e mulheres e a relação que era estabelecida por eles precisaram ser

transformadas radicalmente com as novas oportunidades de trabalho e participação na vida social.

A partir de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, a legislação passou a valer em todo o território nacional brasileiro. Eram enfatizados os direitos e deveres dos profissionais, das organizações, reconhecendo oficialmente os sindicatos como parte fundamental das empresas.

Com o tempo, passou-se a reconhecer os diversos papéis exercidos pelas mulheres no mercado de trabalho e na sociedade como um todo. Trabalhadoras dirigentes sindicais enfatizavam em seus discursos que as mulheres são capazes de incorporar e disseminar suas concepções políticas e, tendo uma visão ampla da cidadania, podem continuar à luta pela sua emancipação e pelo direito à igualdade.

3 A MULHER E SUAS CONQUISTAS

Segundo Dias (1997), a família tradicional é composta pelo casal e seus filhos. Essa definição surgiu no século XIX, diante da Revolução Industrial, trazendo mudanças na sociedade, como o avanço tecnológico e transformações na família, já que a mulher passou a trabalhar fora e deixou de ser exclusivamente cuidadora do lar. Esse fato, por consequência, transferiu também aos pais a responsabilidade para com os filhos, tanto na criação quanto na educação deles.

Fontenele e Mourão (2006) destacam que, nesse sentido, a dinâmica familiar e o relacionamento da mulher e do homem foram mudando também. Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, ela começou a dividir as tarefas domésticas com o marido ou até mesmo com as creches e escolas, e tudo isso fez com que os filhos pudessem ter mais contato com os pais e que todos em geral pudessem participar da organização da casa.

Com a separação da vida pública e da vida privada por meio do capitalismo, a industrialização foi marcada pela inserção da mulher no mercado de trabalho. Foi marcada, também, pela luta por melhores condições de vida, por salário justo e por uma carga horária mais flexível. E foi marcada, ainda, pela dificuldade e sobrecarga das mulheres que, mesmo trabalhando fora, continuavam a exercer suas atividades no lar.

Com as reivindicações, em 1908, no dia 8 de março, ocorreu um massacre de 150 mulheres, que foram queimadas até a morte, porque estavam buscando melhores condições de vida e um salário digno. Surgiu, então, o Dia Internacional da Mulher. Segundo Forte (1991), a característica da idade moderna e contemporânea, com a emancipação feminina, teve enfoque pelo movimento chamado iluminismo.

Com a oportunidade de refazer sua identidade como profissional, além de esposa e mãe, a mulher foi conseguindo a sua independência de pouco a pouco, mudando hábitos que eram impostos pelo marido e pela própria sociedade. Castells (2002) salienta ainda que com a nova rotina a mulher passava quase todo o seu tempo fora de casa, já inserida no mercado de trabalho.

A emancipação da mulher também sofreu influência dos movimentos sociais decorrentes do fim do século XIX, que buscavam a autonomia da mulher em relação a sexo, gênero e posição social.

Para Beauvoir (1980, p 471):

O que falta é essencialmente uma mulher de hoje para fazer grandes coisas é o esquecimento de si: para se esquecer é preciso primeiramente que o indivíduo esteja solidamente certo, desde logo, de que se encontrou. Recém- chegada ao mundo dos homens, e mal sustentada por eles, a mulher ainda está ocupada em como se achar.

A Revolução Industrial também propiciou à mulher uma posição social, a partir do momento em que esta foi inserida no mercado de trabalho. Através do capitalismo e da industrialização, a independência social das mulheres, bem como a luta por igualdades trabalhistas foi reivindicada.

Assim sendo, ela atingiu a esfera social, estimulou a participação das mulheres no privado e no público, conquistando a autonomia e não mais a dependência de outrora. A partir da Revolução Francesa, houve uma mudança radical no comportamento das mulheres, que passaram a frequentar os espaços culturais, além da consequente participação no mercado de trabalho.

Para Carvalho (2011), em 1970 ocorreram grandes movimentos em prol da mulher, na busca pelo fim da discriminação, por políticas públicas em favor do seu crescimento na sociedade, o que levou esse período a ser chamado de “década da mulher”.

De acordo com Sarti (2004), ainda na década de 70, além de movimentos como “Conferências Mundiais das Nações Unidas”, aconteceu também o Ano Internacional da Mulher (1975) declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Contudo, independente das transformações significativas, a desigualdade de gênero ainda não foi extinta e ainda sim, acumula as obrigações domésticas, além de trabalhar fora.

Para Coelho (2006), quando a mulher lutou por seus direitos acima citados, a relação com os homens mudou no sentido de que a família deixou de ser prioridade em sua vida, já que ela tinha independência financeira para se sustentar, não precisaria se submeter as ordens do esposo, e com isso aconteceu muitas separações, e as mulheres solteiras passaram a ser provedoras do lar.

A Assembleia Constituinte nessa época concedeu os direitos aos cidadãos, o que incentivou o surgimento de grupos sociais, entre eles o feminismo. Nesse sentido, cabe destacar que o objetivo inicial era a conquista pela liberdade e pelo direito ao voto, a fim de garantir também a sua participação na vida política.

Segundo Alves e Alves (2013), na década de 80, mais especificamente em 1984, os direitos da mulher foram inseridos na Carta Constitucional, mediante a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher. De acordo com Wagner (2005), nessa mesma década os fenômenos sociais trouxeram a mudança da estrutura familiar, onde o homem deixou de ser o único provedor e a mulher de ser a única cuidadora dos filhos.

No da década 80 as mulheres buscavam a igualdade de direitos, deixando o espaço doméstico e conquistando a sua independência pessoal e financeira. De acordo com Bonini (2006) no Brasil durante o período militar muitas militantes feministas incorporaram as reivindicações dos movimentos de bairros, lutando por infraestrutura urbana, como: asfalto, creche, escola, além de coisas básicas como água, luz e esgoto.

Embora pareça algo ruim diante do fato de acontecer separações e divórcios, há também pontos visíveis de autonomia e independência, que devem ser salientados. O contato com o mundo exterior e as diversas responsabilidades que a mulher assumiu nesse processo de emancipação passou a englobar a família num todo. Em decorrência, o pai também passou a assumir responsabilidades com os filhos e sua educação, e todos os membros deveriam zelar pelo bem estar da família e pela moradia.

Já na década de 90, segundo Coelho (2006) começou a haver deslocamento as figuras masculinas e femininas, embora a mudança não ocorria com a mesma frequência ou intensidade em todas as famílias. O fato é que em muitos casos, os homens – como já se sabe – foram sendo inseridos nas responsabilidades, e as mulheres passaram a assumir o sustento parcial ou total da família.

A necessidade de analisar e compreender a coexistência dos aspectos modernos e tradicionais nas famílias contemporâneas nos últimos 15 anos, revelou um considerável aumento no número de pesquisas sobre a divisão de gênero nessas atividades domésticas. Pesquisadores do Brasil e dos Estados Unidos têm constatado que a divisão das tarefas domésticas ainda tende a seguir padrões relativamente tradicionais. Mesmo nas casas onde as mulheres têm um ganho financeiro maior do que os maridos, ou mesmo naquelas onde os maridos estão desempregados, elas realizam uma quantidade muito maior de atividades no trabalho doméstico que eles (WAGNER, *et. al.*, 2005, p. 182).

Essa realidade observada está presente inclusive na atualidade. As conquistas das mulheres são enfáticas e, ainda sim, a mulher acumula funções e responsabilidades, sejam as antigas ou as conquistadas recentemente. Wagner e outros (2005) chamam a atenção para um fato comum, de que quando o homem faz suas tarefas em casa ou com os filhos, é enfatizado que ele “ajuda”, e não é visto como uma responsabilidade também dele.

A lei Maria da Penha foi um marco de extrema importância, pois para sua eficácia ela veio acompanhada da criação de: 02 Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, delegacias da Mulher, tudo com a finalidade de assegurar os direitos e a integridade física e psíquica das mulheres.

Movimentos feministas foram ganhando espaço, segundo Fontenelle e Mourão (2006), porque enfatizam a igualdade que deve existir entre homem e mulher, no sentido dos direitos e espaços a serem ocupados, além da divisão equânime de responsabilidades. A vida e o papel da mulher passaram então a ser mais discutidos e abordados em estudos científicos, cabendo enfatizar sua história e suas conquistas.

Nota-se que a mulher conquistou seu lugar onde outrora não era permitido, atualmente pode votar, pode trabalhar fora, estudar e fazer planos de carreira, sem, no entanto, deixar de ser mãe e esposa, se assim quiser. Pode ter sua própria escolha e, mesmo que enfrente mais dificuldades em seu caminho, ela persiste e vence, pois está acostumada a lutar por seus direitos e espaços na sociedade.

4 A PSICOLOGIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA EMANCIPAÇÃO DA MULHER

É importante destacar a existência de uma “psicologia feminista” (NEVES; NOGUEIRA, 2001, p. 48). Essa vertente da psicologia preocupa-se com o contraste e a diversidade que são construídos nas relações vividas por homens e mulheres, e não com a padronização ou o estudo de causalidade que predomina na psicologia tradicional, de acordo com Neves e Nogueira (2001). Mas nem sempre foi assim.

O desenvolvimento da psicologia feminista foi motivado pelo contexto de subordinação e vulnerabilidade feminina, sobretudo, reforçado pelas práticas da psicologia tradicionais.

Segundo Nogueira (2001), desde 1910 a psicologia buscava afirmar a existência de diferenças sexuais para sustentar a inferioridade feminina, limitando a esfera de ação das mulheres, além de restringir sua autonomia e liberdades, em casa, no mercado de trabalho e na sociedade como um todo.

Ainda, segundo Neves e Nogueira (2001), durante muitos anos do século XX, o feminismo e as práticas psicológicas e psiquiátricas tiveram relações hostis. O movimento feminista produzia fortes críticas à psicoterapia, sobretudo pela adoção de práticas profundamente androcêntricas, que colocavam o homem no centro das discussões e análises, deixando em segundo plano a participação feminina.

Percebe-se, logo, que a psicologia não só não contribuía, como também prejudicava os movimentos de emancipação feminina, ao justificar a manutenção das desigualdades.

Assim, o surgimento de novos olhares de psicologia buscou favorecer o movimento de emancipação e a conquista por direitos igualitários pelas mulheres. Esse novo meio de atuação foi liderado exatamente pela psicologia feminista.

Assim, afirma-se que as “incongruências observadas e salientadas pelas críticas feministas vão estar na origem essencialmente da teoria da androginia formulada inicialmente por Sandra Bem, e na teoria do papel social de Alice Eagly” (NOGUEIRA, 2001, p. 12), segundo autoras feministas com destaque na segunda fase do movimento feminista.

De tal forma, a evolução da psicologia feminista contribuiu também para o combate à violência doméstica. Permitiu a adoção de terapias para intervenção psicológica junto de mulheres vítimas de violência pelos seus parceiros masculinos,

auxiliando na reabilitação dos direitos das vítimas, ao propiciar crescimento pessoal das mulheres (NEVES; NOGUEIRA, 2001).

No processo de emancipação da mulher, como visto, houve a ruptura do modelo familiar patriarcal. Assim, “em face da realidade brasileira contemporânea, as relações de parentalidade estão sendo discutidas pela sociologia e pela psicologia devido à importância das estruturas parentais para a determinação do indivíduo e da sociedade” (CORRÊA, 2019, p. 35). De tal forma, a psicologia contribui na compreensão das novas organizações e dinâmicas familiares, formadas com a ocupação do mercado de trabalho pelas mulheres e com a nova divisão de tarefas domésticas, com implicações desde a infância dos indivíduos.

Na década de 1970, segundo Nogueira (2001), o feminismo estava mais difundido e não havia consenso entre os psicólogos quanto à existência de diferenças sexuais, embora essas diferenças estivessem bem disseminadas nas crenças populares. Muitas pessoas ainda acreditavam nas diferenças biológicas, entendendo que os homens tinham traços de independência, agressividade e dominância, enquanto as mulheres eram reconhecidas pela sensibilidade, emocionalidade e gentileza.

Os psicólogos que apoiavam essas diferenças ofereciam legitimidade a tais ideias preconceituosas e machistas. Nesse sentido, “a ênfase nas diferenças sexuais teve importantes consequências dentro da comunidade científica e na prática profissional dos psicólogos” (NOGUEIRA, 2001, p. 17).

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2014), a psicologia, “reconhecida como uma profissão de mulheres, carrega a marca das desigualdades sociais e da discriminação presentes na sociedade”.

Nogueira (2001) salienta que o contexto de gênero é uma ideologia que cria diferentes narrativas, e que foi desenvolvido para estabelecer polos opostos para a masculinidade e a feminilidade. Nesse sentido, a psicologia teve e continua tendo papel essencial de explicar o processo de definição e diferenciação dos gêneros como escolha do grupo dominante – homens – dentro dos fatores de poder, conhecimento e prática sociais, sendo que:

A partir do momento em que o gênero é encarado não como um atributo dos indivíduos, mas como um sistema de significados, o processo que cria as diferenças sexuais e a forma como se equaciona o poder pode ser compreendido em termos de um sistema de gênero que funciona a três níveis: societal, interpessoal e individual (NOGUEIRA, 2001, p. 22).

De modo geral, portanto, a psicologia já exerceu duro papel de reforçar as desigualdades de gênero existentes e de manter a vulnerabilidade e a fragilidade femininas.

Contudo, a corrente de psicológicos que superaram esses preconceitos e comprovaram cientificamente a inexistência de diferenças biológicas no desempenho de papéis sociais teve extrema relevância na luta feminina. Destaca-se que os estudos que buscavam valorizar a emancipação feminina foram fomentados, sobretudo, pela perspectiva feminista na psicologia e, nesse sentido, contribuíram imensamente no caminho em busca da equidade.

Ainda que esses estudos não tenham recebido ampla adesão inicialmente, elas desafiavam a tendência da psicologia da época de aceitar, concordar e legitimar a tese da existência de diferenças fundamentadas no gênero. Assim, os estudos, guiados pela psicologia feminista, foram fundamentais para a compreensão de todos os processos envolvidos, buscando esclarecer os mecanismos psicológicos que sustentavam a diferença de gênero (NOGUEIRA, 2001).

E a psicologia desempenha importantíssimo papel ainda hoje, combatendo as desigualdades ainda existentes, seja por meio de estudos e análise geral dos processos sociais, seja por meio de abordagens e terapias pontuais, nas técnicas clínicas que buscam reforçar as habilidades e capacidades femininas, bem como combater as violências ainda sofridas pelas mulheres, nas suas diversas formas: física, psicológica, mental, sexual e patrimonial.

Concluindo, a psicologia exerce fundamental importância no sentido de garantir – ou de se buscar – a equidade, podendo contribuir desde a infância para a mudança de paradigmas na inserção da mulher na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui desenvolvida demonstrou a importância da mulher na sociedade, nos diversos papéis que desempenha e atividades que exerce, e a influência da psicologia nesse processo. Assim, o objetivo geral de apresentar a importância da contribuição da psicologia, para a mulher, na luta pelos seus direitos, ao longo dos anos, foi atingido.

O contexto histórico do posicionamento da mulher na sociedade revela um passado de desigualdades, dominação e opressão. A mulher era subordinada e dependente da figura masculina, sendo em regra o pai ou o marido. Os homens eram considerados os donos do saber e detentores de habilidades de inteligência, liderança, agressividade e independência. Enquanto as mulheres assumiam o papel de procriar, educar os filhos e cuidar do lar, reconhecidas pela submissão, sensibilidade, emocionalidade e gentileza.

Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, inicialmente houve, na verdade, maior precarização do que independência, pela dificuldade de assumir a dupla jornada de trabalho, conciliando os afazeres domésticos já existentes com postos de trabalho exaustivos e mal remunerados, sofrendo ainda com assédio sexual, péssimas condições de trabalho, desigualdade salarial, controle disciplinar e falta de higiene.

A partir da influência dos movimentos sociais decorrentes do fim do século XIX, que buscavam a autonomia da mulher em relação a sexo, gênero e posição social e, principalmente, do feminismo, as conquistas femininas foram acontecendo.

Com a oportunidade de refazer sua identidade como profissional, além de esposa e mãe, a mulher foi conseguindo a sua independência de pouco a pouco, mudando hábitos que eram impostos pelo marido e pela própria sociedade.

A psicologia, inicialmente, prejudicou e dificultou muito o movimento de emancipação feminina, legitimando as barreiras impostas pelo discurso de inferioridade de sexo feminino e reafirmando a divisão de papéis dentro da sociedade. Contudo, a disseminação das ideias da psicologia feminista foi essencial para o desenvolvimento de estudos científicos que desconstruíssem validamente as teorias de desigualdade de gêneros.

Ainda que a abordagem igualitária não tenha sido amplamente aceita de imediato, pelas crenças sociais fundadas na inferioridade feminina e na falta de habilidades e capacidades de liderança e independência, as teorias conduzidas a partir da psicologia feminista foram essenciais para legitimar e validar o processo emancipatório.

Entretanto, diante das inúmeras desigualdades e situações de vulnerabilidades ainda existentes, a luta pela emancipação feminina persiste, tendo a psicologia ainda essencial papel, na efetivação de intervenções que possibilitem o empoderamento da mulher, sobretudo, em situação de vulnerabilidade social e violência de gênero, buscando torná-las agentes na persecução de seu protagonismo social, por meio de contribuições teóricas e práticas, viabilizando a busca pela equidade.

Diante das considerações acima, conclui-se que o trabalho apresentou o contexto histórico, as lutas e as conquistas das mulheres; descreveu o papel da mulher e a importância da psicologia na sua inserção na sociedade; e discutiu como a psicologia pode contribuir para a emancipação da mulher, na sociedade de uma forma significativa garantido a equidade, e como trabalhar isso desde da infância. Assim, confirmou-se a hipótese de que a psicologia tem papel fundamental no processo de emancipação feminina e de valorização da mulher na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Carla Farias. ALVES, Ana Karina da Silva. **As trajetórias e lutas do Movimento Feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres**. IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, Fortaleza, UECE, 29 a 31 maio 2013. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

ALVES-JESUS, Susana Mourato. **O papel das mulheres em A República de Platão (livro V): utopia no feminino ou tópicos para uma reflexão propedêutica sobre Direitos Humanos**. Brotéria, v. 180, p. 237-250, 2015.

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. 14. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_aristoteles_a_politica.pdf> Acesso em: 14 mar. 2022.

BAINES, John; MALIK, Jaromir. **Cultural atlas of ancient Egypt**. Londres: Andromeda Oxford, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo: A experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 2, 1980.

BIANCHI, A. M.; PASTORE, J. **Trajetórias Ocupacionais no Brasil**. São Paulo, 1998.

BONINI, Altair. **História**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

BORIN, Thaisa. **Violência Doméstica contra a Mulher: percepções sobre violência em mulheres agredidas**. Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>> Acesso em: 14 mar. 2022.

CARVALHO, Débora Jucely. **A conquista da cidadania feminina**. Revista multidisciplinar da UNIESP, Saber Acadêmico, n. 11, jun., 2011. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br>> Acesso em: 14 mar. 2022.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COELHO, Sônia Vieira. Abordagens psicossociais da família. In: AUN, Juliana Gontijo; VASCONCELLOS, Maria José Esteves de; COELHO, Sônia Vieira. **Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: fundamentos teóricos e epistemológicos**. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Arte e Prosa, 2006, p. 143-233.

CONSELHO FERAL DE PSICOLOGIA. **As mulheres, a Psicologia e os Direitos Humanos**: Celebrando os 52 anos de profissão e os 8 anos da Lei Maria da Penha. Notícias, 02 set. 2014. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/as-mulheres-a>>

psicologia-e-os-direitos-humanos-celebrando-os-52-anos-de-profissao-e-os-8-anos-da-lei-maria-da-penha/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

CORRÊA, Lorrany Mirielle Santos. **Emancipação feminina na sociedade contemporânea: reflexões sobre o papel formativo da mulher na família.** Dissertação. (Mestrado), Curso de Educação – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Goiás, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9454>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

COSTA L. F.; BRANDÃO, S. L. **Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora.** Psicologia & Sociedade, n. 17, p. 33-41, 2005.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma.** 12. ed. São Paulo: Hemus, 1996.

COUTO, Oliveira, V. **Vida de mulher: Gênero, pobreza, saúde mental e resiliência.** Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

CUNHA, Maria de Fátima da. **Mulher e Historiografia: da visibilidade à diferença.** Hist. Ensino, Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/download/12396/10864>> Acesso em: 14 mar. 2022.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2005, 330 p. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/5Xf4ywstQsGMJqfVQBfVGLR/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 04 abr. 2022.

DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.** 4 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DIAS, Maria Luiza. **Vivendo em família: relações de afeto e conflito.** 9. ed. São Paulo: Moderna, 1997, 69p

DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. **Condição feminina – fator de risco para a saúde mental?** Em Paz, M. G. T.; Tamayo, A. (Orgs), Escola, saúde e trabalho: Estudos psicológicos. Brasília: UnB, 1999, p. 181-197.

DUTRA, E. **Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade.** Estudos de Psicologia. Natal, v. 9, p. 381-387, 2004.

FARIAS, Mariana; SORIANO, Sara Scheidt. **A contribuição da psicologia no auxílio do empoderamento de mulheres beneficiárias de penas alternativas.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Curso de Psicologia, Faculdade Sant'Ana, 2016. Disponível em: <<https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/tcc/article/view/81>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

FONTENELE-MOURÃO, Tânia M. **Mulheres no topo de carreira: Flexibilidade e persistência**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2006, 92p.

FORTE, Bruno. **Maria, a mulher ícone do mistério: ensaio de mariologia simbóliconarrativa**. São Paulo: Paulinas, 1991.

GASPARI, Leni Trentim. **Educação e Memória: Imagens Femininas nas “Gêmeas do Iguaçu” nos anos 40 e 50**. (Dissertação de Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HIRIGOYEN, Marie –France. **A Violência no Casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MARQUES, Gisela de Moura Bluma; AMORIM, Ana Carla de. **Os caminhos das mulheres: um recorte histórico para legitimar as questões de gênero**, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16908_8877.pdf> Acesso em: 18 mar. 2022.

NASCIMENTO, C. S. A. **O Trabalho da Mulher: das proibições para o Direito promocional**. São Paulo: LTr Editora, 1996.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. **A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos**. *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 43-64, jul./dez./ 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/5j37JRGYvVw57QG9gBfxYZL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

NIETZSCHE, Friedrich. **O Nascimento da Tragédia**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NOGUEIRA, Conceição. **Feminismo e Discurso de Gênero na psicologia Social**. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2001. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4117/1/feminismo%20e%20discurso%20do%20g%C3%A9nero%20na%20psicologia%20social.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

NUERNBERG, A. H. **Gênero no contexto da produção científica brasileira em Psicologia**. Tese de Doutorado, Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PIMENTEL, Adelma. **Violência Psicológica nas Relações Conjugais – Pesquisa e Intervenção Clínica**. São Paulo: Summus, 2011.

PIMENTEL, S. **Evolução dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, Vicente. Da Capacidade Civil da Mulher Casada. São Paulo: Saraiva & C. 1998.

PLATÃO, **A República, Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira**. 9. ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. Disponível em: <<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/a-repc3bablica-platc3a3o-fcg-5c2aa-ed-1987.pdf>> Acesso em: 14 mar. 2022.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Estudos Feministas. Florianópolis, v.12, n.2, p.35-50, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>> Acesso em: 14 mar. 2022.

SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa da, *et al.* **A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais**. Rev. SBPH, v.8, n.2, p. 65-76, 2005.

WAGNER, Adriana; PREDEBON, Juliana; MOSMANN, Clarisse; VERZA, Fabiana. **Compartilhar Tarefas? Papéis e Funções de Pai e Mãe na Família Contemporânea**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 21 n. 2, p. 181-186, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722005000200008&lang=pt> Acessado em: 15 mar. 2022.